

A banca elaboradora da prova de Redação do Vestibular Unicamp 2025 espera que os candidatos, ao produzirem seus textos, demonstrem leitura crítica e aprofundada da coletânea, integrando as informações nela contidas de maneira coerente e articulada. É essa leitura que servirá de base para a escrita de dois textos de gêneros discursivos diferentes: um *texto de apresentação* e um *comunicado*. A banca espera ainda que os candidatos atendam aos comandos específicos de cada uma das propostas da prova: seja para defender a igualdade de gênero na política (Proposta 1), seja para alertar sobre o perigo da exposição de crianças e pré-adolescentes aos jogos de azar *online* (Proposta 2).

PROPOSTA 1

Nesta proposta, o gênero sugerido foi um *texto de apresentação* de um Projeto de Lei (PL) a ser lido na Câmara dos Deputados. Em seu texto, o candidato deve assumir o papel de um(a) cidadão(ã), integrante de um coletivo, que visa apresentar um posicionamento claro, sustentado por argumentos ancorados nas informações disponíveis na coletânea, acerca da necessidade de um Projeto de Lei que estabeleça a *igualdade de gênero* nas cadeiras do Congresso Nacional.

Seria essencial destacar os malefícios da desigualdade de gênero no Parlamento, evidenciando como a predominância masculina – responsável por 74% dos projetos desfavoráveis às mulheres, segundo a matéria da AzMina (texto 1 da coletânea) – resulta em decisões que prejudicam ou negligenciam os direitos femininos. A composição assimétrica do Congresso limita tanto a criação de políticas afirmativas quanto o debate entre diferentes perspectivas a respeito das leis propostas pela casa legislativa, como aponta o texto 1 da coletânea. Exemplos concretos, como o PL 1904/24 (texto 5 da coletânea), que equipara o aborto ao crime de homicídio, ilustram os impactos negativos de um ambiente político que não reflete a pluralidade social e de gênero de nossa sociedade.

Além disso, seria fundamental argumentar em favor de uma representação política mais igualitária. O Brasil, embora tenha uma população majoritariamente feminina (como se pode verificar no texto 2 da coletânea), apresenta um Congresso com uma representatividade desproporcional, com apenas 18,3% de mulheres na Câmara e 18,5% no Senado (conforme o texto 3 da coletânea). A experiência do México, onde a paridade de gênero no Legislativo permitiu avanços significativos em outros poderes, demonstra como a igualdade no Parlamento pode gerar transformações positivas e ampliar a justiça social (texto 4 da coletânea). A presença feminina não apenas fortalece o debate sobre direitos das mulheres, mas também enriquece discussões mais amplas que beneficiam toda a sociedade, como nas áreas da saúde, da educação e da proteção às crianças, conforme destacado pela deputada Soraya Santos no texto 6 da coletânea.

Nota-se, portanto, que esta primeira redação proposta configura uma interpelação cívica, pois materializa discursivamente uma iniciativa popular voltada à proposição de um Projeto de Lei, com o objetivo de convencer cidadãos e parlamentares sobre a relevância da legislação a ser implementada. Para executar essa tarefa satisfatoriamente, a redação deveria ainda ser produzida em uma linguagem formal e persuasiva, em que

se demonstre leitura dos textos da coletânea e domínio de recursos linguísticos (escolhas lexicais e coesivas) que configurem o gênero solicitado na proposta. Mais do que reproduzir as informações disponíveis na prova, é imprescindível articulá-las de maneira crítica, construindo argumentos sólidos e adequados para a elaboração do texto de apresentação de um Projeto de Lei a ser lido na Câmara dos Deputados.

PROPOSTA 2

Nesta proposta, simula-se uma cena cada vez mais corriqueira, e por isso mesmo preocupante, flagrada em uma escola de educação básica: alunos usando o celular durante os intervalos das aulas para apostar dinheiro em *jogos de azar*. A situação de produção demanda, então, que os candidatos assumam o papel de diretor/a dessa instituição, e escrevam um *comunicado* aos responsáveis por essas crianças e (pré-)adolescentes, alertando-os sobre esse novo tipo de comportamento que, além de perigoso, é ilegal para menores de idade, caso dos alunos do ensino fundamental daquela escola.

Para elaborar o seu texto, o candidato deveria ler criticamente a coletânea para mobilizar informações ali contidas e, a partir de então, responder às tarefas solicitadas no comando da proposta. O texto 1, por exemplo, alerta para o assédio a influenciadores mirins, constantemente recrutados para divulgar jogos de azar em suas redes sociais. A lógica algorítmica atrai diversos jogadores, sem poupar crianças e (pré-)adolescentes – mais impulsivos e imaturos, afirma a psicóloga Ivelise Fortim –, tal como aconteceu com L., de 13 anos, que gastou as economias de sua avó com apostas *online*.

Esse universo fascinante de tigrinhos e aviõezinhos coloridos, moedas de ouro e craques de futebol (de que trata o texto 1) também é ilustrado na charge “Alice no país das *bets*” – alusão à obra *Alice no país das maravilhas* –, do texto 3 da coletânea, em que uma criança se mostra seduzida pelo mascote da *bet* conhecida como o “Jogo do Tigrinho”. A interleitura com a obra literária – que, por sinal, consta na lista de leituras obrigatórias do Vestibular Unicamp 2025 – é inevitável: o tigrinho nos remete à personagem Gato Cheshire (Gato Risonho, Gato Ilustrado ou Gato que Ri); porém, o caminho convidativo, no mundo real, pode levar as crianças a uma armadilha nada encantadora. Atrás da árvore que sustenta o tigrinho esconde-se uma pessoa em situação de rua. Subentende-se, portanto, que a ilusão das *bets* pode levar à pobreza.

O quadro do texto 2, “Apostas em *bets*”, ratifica esse risco a que está exposta toda a população consultada na pesquisa (24% apostam em *bets*) realizada entre 12 a 14 de outubro de 2024. A incidência das apostas é significativa, independentemente da escolaridade (27% dos apostadores têm o ensino fundamental, 23% o ensino médio e 22% o ensino superior) ou do grau de vulnerabilidade econômica (28% dos jogadores ganham menos de dois salários mínimos, 19% de dois a cinco salários mínimos e 20% mais de cinco salários mínimos), mesmo levando em conta as margens de erro para cima ou para baixo, segundo os dados do PODER360.

Nota-se, assim, que a sedução do “Jogo do Tigrinho” é também fatal para adultos que se deixam endividar, como são os casos apontados no texto 5 da coletânea: há pessoas que, envergonhadas pelo vício no jogo, desaparecem buscando anonimato,

REDAÇÃO

como foi o caso da enfermeira Gabriely Sabino, do interior de São Paulo. E há até casos de suicídio, como dois episódios ocorridos no Maranhão, o que só comprova o diagnóstico do psiquiatra Rodrigo Machado de que o ciclo vicioso causado pelo jogo de apostas, assim como o vício por substâncias químicas, deve ser tratado como um problema de saúde pública. Não por acaso o transtorno é identificado como doença pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme informação do texto 5. É nesse sentido que a educação escolar se faz fundamental, pois conscientiza, ensina e orienta crianças e (pré-)adolescentes sobre os perigos desses jogos de apostas, prevenindo, assim, adultos com propensão ao vício em jogos desse tipo.

É indiscutível, portanto, a urgência da regulamentação desses caça-níqueis *online*, tal como nos contextualiza o texto 4 da coletânea. A regulamentação das *bets* está em pauta no Brasil. Desde 2018, a Lei 14.790/23 permitia apostas de quota-fixa, sem que houvesse fiscalização ou tributação, ou seja, sem que houvesse qualquer controle sobre a prática, o que explica o porquê de inúmeras empresas estrangeiras operarem no país. As regras estão sendo atualmente rediscutidas no Congresso Nacional, o que torna essa segunda proposta de redação extremamente relevante e contemporânea.

Trata-se, pois, de uma preocupação de ordem pública que se torna, por extensão, também uma preocupação educacional, o que justifica a atitude da direção de uma escola ao escrever um comunicado alertando sobre os perigos implicados no novo hábito dos alunos de apostar em jogos *online*. Nessa produção escrita, espera-se que os candidatos se apropriem criticamente das informações disponíveis nos textos da coletânea e utilizem uma linguagem igualmente formal, com clara demonstração de domínio de recursos linguísticos (escolhas lexicais e coesivas) que valorizem o gênero discursivo solicitado na proposta.